

Revista da Universidade Vale do Rio Verde
ISSN: 1517-0276 / EISSN: 2236-5362
v. 16 | n. 1 | Ano 2018

Kelly Pereira Guedes

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
kelly.guedes@tjdft.jus.br

Celso Vila Nova de Souza Júnior

Professor da Universidade de Brasília – UNB.
celso.vilanova@gmail.com

George Henrique de Moura Cunha

Pesquisador Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Brasília - UNB.
georgehmc@outlook.com

RESUMO

Este estudo é sobre a incidência da violência contra as mulheres em Santa Maria – DF. Fazendo uso de um modelo Probit e tendo-se como base os dados obtidos no 2º Juizado Especial Cível e Criminal e 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santa Maria, durante ano de 2012, este estudo revelou que: o nível educacional da mulher não garante que ela esteja a salvo de qualquer tipo de violência. Além disso, a possibilidade de ser vítima de violência doméstica não depende apenas da educação da mulher, mas também da sua educação em relação ao seu parceiro.

Palavras-Chave: 1. Violência doméstica, 2. Modelo Probit. 3. Justiça. 4. Direito. 5. Criminalidade.

ABSTRACT

This study is on the incidence of violence against women in Santa Maria – DF. Making use of the Probit model and taking as a basis the data obtained in the 2nd Special Civil and Criminal and 2nd Claims Court Family and Domestic Violence against Women of Santa Maria, during the year 2012, this study revealed that: the educational level of women does not guarantee that it is safe from any kind of violence. Furthermore, the possibility of being a victim of domestic violence does not only depend on the education of women, but also their education in relation to their partner.

Keywords: 1. Domestic violence, 2. Model Probit. 3. Justice. 4. Right. 5. Criminality.

Recebido em: 12/10/2018 - Aprovado em: 09/04/2019 - Disponibilizado em: 15/07/2019

1. INTRODUÇÃO

As mulheres de hoje estão se tornando mais competitivas. Aos poucos, elas conquistaram um nicho na economia e ampliaram o acesso ao mercado de trabalho. As oportunidades de força de trabalho podem aumentar a saúde e os investimentos educacionais em crianças cujas mães trabalham.

No entanto, as oportunidades de força de trabalho também podem apresentar consequências negativas não intencionais nas vidas de mulheres que ganha acesso a novos recursos, informações e experiências, que podem ameaçar o marido, que prefere o controle completo sobre a família. Em resposta, o marido pode tentar recuperar o controle sobre os

recursos domésticos através da violência doméstica¹.

A violência doméstica (VD) é um problema social e seus efeitos econômicos, sociais e psicológicos tem recebido atenção considerável dos pesquisadores. Atualmente, a incidência da VD é motivo de grande preocupação tanto para os indivíduos quanto para os formuladores de políticas. A violência doméstica é, sem dúvida, uma das formas de violência mais comum no mundo (ONU, 2006). Segundo estudo da Organização das Nações Unidas - ONU (2006), violência contra a mulher é todo ato de violência praticado por motivos de gênero, dirigido contra uma mulher. A VD inclui violência física, violência emocional, violência sexual e violência econômica. Os níveis de dano da violência doméstica variam desde simples agressões até ao homicídio, com danos colaterais para as crianças que a testemunham.

A violência doméstica tem sido parte da estrutura de muitas sociedades e culturas em todo o mundo, que é tão comum, de fato, que muitas vezes tem passado despercebido e não conseguiu receber o nível de preocupação que merece, tendo em conta os efeitos devastadores que pode ter sobre as crianças e famílias.

Esse tipo de violência perpassa todas as classes sociais, sem distinção de credo, raça ou faixa etária. Romper o ciclo que se estabelece entre o casal que vive uma relação abusiva implica em que a mulher vitimizada percorra um longo e tortuoso caminho, em que as idas e vindas são recorrentes. As razões que dificultam

o início da caminhada rumo a uma tomada de decisão para sair dessa situação são inúmeras. Entre as razões apontada na literatura encontram-se: ameaças, crença de que a separação será pior para os filhos, dependência financeira e emocional, vergonha, desesperança, baixa autoestima, sentimento de desamparo e o medo, nas suas mais diversas expressões: medo de novas agressões, medo de ser morta pelo companheiro, medo de assumir sozinha os filhos e privá-los do atendimento de necessidades básicas, medo de exposição e escândalo (MACHADO E GONÇALVES, 2003).

A dependência econômica é a principal razão para as mulheres ficarem com ou retornarem aos parceiros que a agridem (BARNETT O, 2000). O nível de escolaridade e estar inserida no mercado de trabalho tornam-se fatores que tendem a "proteger" as mulheres da violência de seus parceiros: quanto maior o nível de educação e ser bem-sucedida no mercado de trabalho, menor a probabilidade de serem vítimas de violência (ACKERSON, 2008).

Infelizmente, a VD faz parte da experiência de muitos lares. São considerados fatores contribuintes para a violência: tendências para a violência baseadas nas crenças e atitudes; situações de stress (desemprego; problemas financeiros; gravidez; mudanças de papel – tais como início da frequência de um curso ou novo emprego do outro); frustração; alcoolismo ou toxicodependência; vivências infantis de agressão ou de violência parental; personalidade sádica; perturbações mentais ou físicas. São as causas mais próximas deste problema.

As consequências da violência doméstica são extensas e compreendem desde o dano físico

¹ Modelos teóricos mostram como o acesso da mulher às oportunidades econômicas pode diminuir ou aumentar a violência, dependendo do seu nível inicial de poder de barganha (Tauchen *et al*, 1991;. Eswaran e Malhotra 2011).

e mental de mulheres e seus filhos a perdas econômicas em nível da comunidade e a nível nacional. As recentes mudanças nas políticas públicas, legislação e prestação de serviços ilustram um crescente compromisso para encontrar formas de reduzir os efeitos nocivos da violência doméstica. No entanto, respostas à violência doméstica têm-se centrado, até agora, principalmente na intervenção depois que o problema já foi identificado e que ocorreu o dano.

Objetivo deste trabalho é investigar os determinantes da violência doméstica (VD) contra a mulher em Santa Maria, cidade satélite do Distrito Federal. Os dados foram extraídos dos processos em tramitação no 2º Juizado Especial Cível e Criminal e 2º Juizado de Violência Doméstica de Santa Maria, em 2012.

De acordo com as teorias econômicas, será mostrado nesse trabalho que a possibilidade de ser vítima de violência doméstica não depende apenas da educação da mulher, mas também da sua educação em relação ao seu parceiro. Especificamente, a VD aumenta significativamente em lares onde a educação da mulher é igual ou superior à educação de seu parceiro.

Para atingir o objetivo proposto neste estudo, optou-se por dividi-lo em cinco seções, além desta introdução. A Seção 2 discute a literatura relevante sobre a violência doméstica. A terceira trata da metodologia que norteará a pesquisa. Na seção 4 descrevemos os dados e apresentamos as estatísticas da amostra. Nossos resultados econométricos são apresentados na Seção 5. Seguiram-se, então, na seção 6, as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A análise da violência doméstica de uma perspectiva econômica é bastante recente. Nas últimas duas décadas, os esforços para reduzir a incidência de VD resultaram em uma crescente literatura sobre a prevalência de correlatos da violência contra as mulheres, com diferentes características individuais e socioeconômicas. De acordo com Blau (1998), a teoria para modelar as causas de VD basicamente não existe devido à falta de um modelo teórico e os problemas críticos existentes com os dados.

Tauchen *et al* (1991) e Farmer e Tiefenthaler (1997) expandiram os modelos de barganha para explicar a violência doméstica e concluíram que, quando utilidade de uma mulher não casada (também conhecido como utilidade reserva) é igual a utilidade de uma mulher casada, então um aumento em sua renda vai diminuir a violência doméstica, aumentando a probabilidade da mulher deixar o relacionamento.

Na concepção de Tauchen *et al* (1991) a violência conjugal é usada para controlar o comportamento e é também uma fonte de gratificação para o agressor. Eles argumentam que o aumento da renda do agressor aumenta sua violência e bem-estar, produzindo nenhum benefício para a vítima. Um aumento na renda da vítima, geralmente aumenta o seu bem-estar. Nas famílias com alta renda onde as mulheres fornecem a maior parte da renda, os autores argumentam que um aumento na renda da vítima pode aumentar a violência².

² Mas os autores reconhecem que as condições em que isso pode acontecer são estranhas.

No modelo de Tauchen *et al* (1991), uma condição suficiente para que a relação entre a renda da mulher e a violência doméstica seja inequivocamente negativa é que a utilidade de uma mulher não casada seja igual à utilidade de uma mulher casada. Quando a utilidade de uma mulher casada é maior do que a utilidade de uma mulher não casada, então a associação entre a renda da mulher e a violência doméstica é ambígua. Eles foram os primeiros a modelar a violência doméstica dentro de um quadro econômico. Em sua análise, eles acham que a utilidade marginal do marido para a violência aumenta com o consumo quando a mulher é a principal fonte de renda, e, conseqüentemente, um aumento na renda da mulher aumenta a violência doméstica. Uma explicação que os autores dão para esse resultado surpreendente é que se a mulher não está disposta a fazer transferências para o marido pode resultar em um aumento da violência.

No modelo de Eswaran e Malhotra (2011), os maridos não gostam de impor a violência inerente, mas pode recorrer a fazê-lo, a fim de influenciar a decisão da mulher, que toma as decisões sobre a alocação de recursos das famílias. Então, uma mulher com uma opção externa ruim vai ter baixo poder de barganha, o suficiente para ela não enfrentar a violência doméstica, desde que ela tome as decisões de acordo com as preferências do marido, mesmo na ausência da ameaça de violência doméstica. No entanto, se a participação na força de trabalho aumenta o seu poder de barganha, ela agora tem a capacidade de influenciar as decisões domésticas e, portanto, pode se deparar com a violência doméstica. No entanto, se o poder de

barganha de uma mulher aumenta ainda mais, o marido deve garantir que a sua felicidade no casamento seja maior do que se a mulher não estivesse casada. Assim, um aumento no poder de barganha de uma mulher que já possui um alto poder de barganha provavelmente não aumentará (e, de fato, pode até diminuir) a violência doméstica, uma vez que ela tem a opção de deixar o casamento em resposta à violência doméstica.

A reação das mulheres às agressões do cônjuge foi igualmente analisada por Farmer e Tiefenthaler (1996, 1997). Os autores demonstram que depois de um episódio de violência doméstica a maioria das mulheres buscam ajuda com a família ou com Estado, mas voltam a conviver com o seu companheiro em um período de tempo relativamente curto.

Usando dados do Departamento de Segurança Nacional dos EUA, Gaviria e Vélez (2001) constataram que as famílias mais pobres e as famílias onde o homem e a mulher possuem um baixo nível de educação apresentam a maior incidência de violência doméstica. Na verdade, eles mostram que entre os 40% mais pobres, cerca de 8% das mulheres e crianças foram vítimas de algum tipo de abuso dentro da família. No entanto, a diminuição da violência doméstica com o aumento do nível de renda não é tão acentuada, uma vez que eles também relatam que entre os 20% mais ricos, cerca de 5% das mulheres e crianças foram vítimas de violência doméstica. Com relação aos níveis de ensino, eles demonstram que em cerca de 50% dos casais com violência física em relação às mulheres ou crianças, a mulher e o marido mal tinham completado o ensino primário.

O trabalho de Jewkes (2002) faz uma análise da violência física contra a mulher por parte do atual ou ex marido ou namorado. A autora aponta que as grandes diferenças de status ocupacional e níveis de educação entre os cônjuges também levam à violência doméstica em vários contextos. As mulheres que possuem um nível educacional elevado, economicamente e socialmente são mais protegidas.

Pollak (2004) propõe um modelo entre gerações de violência doméstica. Ele se concentra em como comportamentos violentos são transmitidos de pais para filhos. Seu modelo é baseado em três hipóteses principais: (i) a probabilidade de que um marido será violento depende se ele cresceu em um lar violento, (ii) a probabilidade de que uma mulher vai ficar com um marido violento depende se ela cresceu em um lar violento, e (iii) os indivíduos que cresceram em lares violentos tendem a casar-se com pessoas que cresceram em lares violentos. Pollak (2004) não apresentou nenhum teste empírico.

Vyas e Watts (2009) constataram que na Índia quando a renda da mulher é superior à renda do marido não necessariamente significa que ela será vítima de violência doméstica, no entanto, o fato da mulher receber uma renda está associado com uma incidência maior de violência. Na concepção dos autores, em locais onde as mulheres geralmente não trabalham fora de casa, o emprego pode, inicialmente, levar a conflitos, no entanto, estes conflitos podem diminuir ao longo do tempo a medida em que o parceiro começa a reconhecer o benefício da mudança.

Uma visão alternativa é que a violência doméstica é um comportamento expressivo que ou fornece utilidade positiva para alguns homens, ou surge involuntariamente quando um argumento sai do controle (Aizer, 2010). No contexto dos Estados Unidos da América, Aizer (2010) analisa a diferença salarial entre homens e mulheres, ao invés da participação feminina na força de trabalho, e descobre que o aumento dos salários do sexo feminino devido a mudanças exógenas plausíveis na demanda de trabalho diminui a violência doméstica.

A tese de Carvalho (2010) teve como objetivo analisar as características da violência doméstica contra crianças e adolescentes atendidos no Instituto Médico Legal (IML) de Fortaleza no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2008 através de um estudo descritivo, transversal, com método quantitativo. A autora concluiu que a violência doméstica contra crianças e adolescentes evidenciada no IML permite para dar mais visibilidade ao fenômeno, contribuindo para a elaboração de políticas públicas de prevenção e de atendimento às vítimas e suas famílias, visando à diminuição dessa problemática.

3. MODELO ECONOMÉTRICO

Para explicar o comportamento de uma variável dependente dicotômica usaremos aqui uma função de distribuição acumulada normal que produzem probabilidades entre zero e um. O modelo de estimação que emerge da FDA normal aqui utilizado é conhecido como modelo Probit, embora às vezes também chamado de normit.

Nosso Probit está motivado na probabilidade da i -ésima pessoa ter sido vítima ou não de violência doméstica que depende de um índice de utilidade³ não observável I_i (também conhecido como variável latente), que é determinado por um vetor de variáveis explanatórias, tais como, número de filhos, estado conjugal, idade e escolaridade, de tal modo que, quanto maior for o valor do índice I_i , maior a probabilidade da vítima ter sofrido violência doméstica. Expressamos o índice I_i como:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_i \quad (1)$$

Em que X_i é o vetor $(1XK)$ das variáveis explicativas da i -ésima pessoa.

Como o índice (não observável) relaciona-se com a possibilidade real de ter sido vítima de violência doméstica ou não. Assuma que $Y = 1$ se a pessoa foi vítima de violência doméstica e $Y = 0$ caso contrário. É razoável supor que há um nível crítico ou limiar do índice que chamaremos de I_i^* , tal que, se I_i exceder I_i^* a pessoa é vítima de violência doméstica, caso contrário, não. Como I_i não é observável, iremos supor que ele se distribui normalmente com a mesma média e variância, então será possível não apenas estimar os parâmetros da equação (1), mas também obter informações sobre o próprio índice não observável.

Dada a hipótese da normalidade, a probabilidade de que I_i^* seja menor ou igual a pode ser calculada por meio da FDA normal padronizada. Dessa forma o modelo de regressão Probit pode ser escrito como:

$$P_i = P(Y = 1|X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (2)$$

Em que $F(X) = \int_{-\infty}^{X_0} \frac{1}{\sqrt{2\sigma^2\pi}} e^{-\frac{(X-\mu)^2}{2\sigma^2}}$, $P(Y = 1|X)$ indica a probabilidade da vítima sofrer violência doméstica dado o vetor das variáveis explicativas X , e em que Z_i é a variável normal padrão, isto é, $Z \approx N(0, \sigma^2)$. F é a FDA normal padrão, e nesse contexto pode ser escrita da seguinte maneira:

$$F(I_i) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{I_i} e^{-\frac{z^2}{2}} . dz = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\beta_1 + \beta_2 X_i} e^{-\frac{z^2}{2}} . dz \quad (3)$$

Como P representa a probabilidade de um evento ocorrer, ou seja, no caso a probabilidade da pessoa ter sido vítima de violência doméstica, ele é medido pela área da curva normal padrão de $-\infty$, a I_i . Agora para obtermos informações sobre I_i , o índice de utilidade, bem como sobre β_1 e β_2 tomamos o inverso da equação (2) e obtemos:

$$I_i = F^{-1}(P_i) = F^{-1}(P_i) = \beta_1 + \beta_2 X_i \quad (4)$$

Em que $F^{-1}(I_i)$ é o inverso da FDA normal.

Para tornar a interpretação mais direta, as estimativas a seguir estão expostas em forma de efeito marginal.

³ Apresentaremos o modelo Probit com base na teoria da utilidade ou na perspectiva da escolha racional sobre o comportamento desenvolvido por McFadden em seu artigo “Conditional logit analysis of qualitative choice behaviour”

DADOS

Esta seção descreve a base de dados aqui utilizada. As informações incluídas neste trabalho foram obtidas a partir de pesquisa feita dentro do 2º Juizado Especial Cível e Criminal e 2º Juizado de Violência Doméstica de Santa Maria em 2012. Os dados foram obtidos através das informações processuais contidas nos processos em andamento no juizado no período⁴.

Havia em tramitação 600 processos de violência doméstica no juizado em 2012. Foram pesquisados 120 processos. Na verdade, todos os processos que se encontravam no juizado foram pesquisados. Os demais processos estavam ou em poder do Ministério Público, nas delegacias ou com os advogados das partes.

Para analisar os determinantes da incidência da violência contra as mulheres será utilizado as seguintes variáveis:

- Vítima de VD – variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso a vítima tenha sido vítima de violência doméstica, e 0 caso contrário.
- Estado civil da vítima: variável *dummy* que assume valor igual a 1 se a vítima era casada (ou morava na mesma residência que seu amante) quando sofreu a violência e assume valor igual a 0, caso contrário.
- Número de filhos: variável *dummy* que assume valor igual a 1 se a vítima tinha filhos quando sofreu a violência e assume valor igual a 0, caso contrário.
- Idade da vítima

- Idade do agente
- Diferença de Idade entre agente e vítima
- Grau de instrução da vítima - variável *dummy* que assume valor igual a 1 se o indivíduo não terminou o primeiro grau (menos de oito anos de estudo) e assume valor igual a 0, caso contrário.
- Grau de instrução do agente - variável *dummy* que assume valor igual a 1 se o indivíduo não terminou o primeiro grau (menos de oito anos de estudo) e assume valor igual a 0, caso contrário.
- Diferença de Educação entre agente e vítima

A tabela, a seguir, apresenta algumas estatísticas primárias acerca das variáveis empregadas neste trabalho.

A idade média da mulher na amostra é de 34 anos, tem 6,87 anos de escolaridade e trabalha em casa em 24% dos casos. O marido ou companheiro é três anos mais velho, tem 6,23 anos de escolaridade, e está trabalhando em 61% dos casos.

Uma forma mais simples de identificar relações colineares entre variáveis independentes é calcular a correlação entre pares dessas variáveis. A fim de identificar a colineariedade entre as variáveis, apresentamos, na tabela II.25, a correlação simples entre as variáveis explicativas. Os dados da tabela II.25 não indicam colineariedade forte entre as variáveis.

⁴ Os processos arquivados não foram pesquisados, pois não estão localizados no 2º Juizado Especial Cível e Criminal e 2º Juizado de Violência Doméstica de Santa Maria.

Tabela I – Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nesse estudo

Variáveis	Obs.	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Vítima de VD	111	0,09	0,287	0	1
Estado civil	94	0,1914	0,395	0	1
Filhos	118	0,567	0,497	0	1
Idade da vítima	117	34,36	11,68	4	65
Idade do agente	116	37,13	10,03	21	72
Grau de instrução da vítima	104	0,384	0,488	0	1
Grau de instrução do agente	86	0,314	0,466	0	1

Fonte: 2º Juizado especial cível e criminal e 2º Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher de Santa Maria (2012)

Tabela II - Correlações entre as variáveis explicativas

	Vítima de VD	Estado civil	Filhos	Idade da vítima	Idade do agente	Grau de instrução da vítima	Grau de instrução do agente
Vítima de VD	1.0						
Estado civil	0.2601	1.0					
Filhos	0.2614	0.1264	1.0				
Idade da vítima	0.3104	0.2159	-0.1765	1.0			
Idade do agente	0.0013	0.0955	-0.1962	0.2296	1.0		
Grau de instrução da vítima	-0.1879	-0.1102	0.0378	-0.0835	-0.0763	1.0	
Grau de instrução do agente	-0.2363	0.0778	-0.0211	-0.2048	0.1390	0.1973	1.0

Fonte: 2º Juizado especial cível e criminal e 2º Juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher de Santa Maria (2012)

Tabela III. – Modelo Probit de Violência Doméstica

Variáveis independentes	Probit	Dprobit (3)
Filhos	1.399** (0.6601)	0.0017 (0.002)
Estado civil da vítima	1.515* (0.5363)	0.006 (0.0067)
Diferença de Idade entre vítima e agente	-0.037** (0.019)	-0.000019 (0.0000225)
Diferença de Educação entre vítima e agente	5.281* (0.6211)	0.00317 (0.0034)
Grau de instrução da vítima	-5.733* (1.032)	-0.1668 (0.075)
Constante	-1.078* (0.4208)	
Número de Observações	64	64
Wald chi2(5)	177.37	
Prob > chi2	0.0000	
Pseudo R ²	0.4306	0.4306

Os valores entre parêntesis se referem aos desvios padrões.

*Estatisticamente significativa a 1%.

**Estatisticamente significativa a 5%.

Fonte: Elaboração própria

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Tabela 3 reporta os coeficientes estimados para o modelo através de uma estimativa Probit dos determinantes de ser vítima de violência doméstica e também o efeito marginal de cada variável. No modelo a seguir, a variável dependente assume o valor igual a 1 caso a vítima tenha sido vítima de violência doméstica, e 0 caso contrário.

Vários estudos indicam que a probabilidade de ser vítima de violência doméstica está positivamente associada com o número de filhos que as mulheres têm (ELLSBERG, 2000). As estimativas para o número de filhos implicam que o risco da mulher ser vítima de violência doméstica é maior para aquelas que possuem filhos. Se a mulher tem filhos é um determinante significativo de abuso. Mulheres com crianças, especialmente crianças pequenas, são mais dependentes de suas relações e têm menos alternativas para a autossuficiência fora de suas relações e, conseqüentemente, são mais propensas a serem vítimas de violência doméstica.

A variável que representa o estado civil da vítima apresenta-se positivamente correlacionada com a probabilidade de ser vítima de violência doméstica. Isso pode significar que as mulheres casadas são menos propensas a relatar que estão sendo abusadas. O coeficiente estimado para a diferença de idade entre agente e vítima é significativamente diferente de zero. Este coeficiente sugere que o risco de ser vítima de violência doméstica tende a diminuir quando a diferença de idade entre agente e vítima aumenta.

A educação tem sido pensada como uma fonte de poder que pode proteger as mulheres contra a violência. As estimativas dos efeitos do grau de instrução da vítima fornecem os efeitos da escolaridade sobre a probabilidade de ser vítima de violência doméstica. O coeficiente negativo implica que o risco de violência experimentando é menor para uma mulher com um grau de escolaridade maior. Vítimas com um maior grau de escolaridade são menos propensas a serem vítimas de violência doméstica. De acordo com Koenig *et al* (2005), o status socioeconômico mais elevado e níveis mais elevados de educação tendem a proteger as mulheres da violência doméstica.

A diferença entre os níveis de educação entre marido e mulher mostra que a violência é maior entre as mulheres com mais educação do que seus maridos. Muitos estudos constataram que as mulheres com mais educação do que os seus parceiros experimentam mais violência doméstica (FLAKE 2005; ACKERSON, KAWACHI *ET AL.* 2008). Isto parece intuitivo porque os homens podem perceber a sua inferioridade educacional como uma ameaça ao seu poder e podem recorrer à violência como uma validação da sua masculinidade (DUVVURY & NAYAK, 2003). Da mesma forma, a violência diminui conforme nível de escolaridade dos homens aumenta em relação à educação da mulher.

A variável diferença de idade entre marido e mulher é outra variável que apresenta significância estatística. No caso desta variável o sinal é positivo, ou seja, apresenta-se positivamente correlacionada com violência. Assim posto, certamente muitas outras variáveis

importantes, como por exemplo, a renda do agressor e da vítima, foi omitida (esses dados não estão presentes nas informações dos processos nem nos boletins de ocorrência da Polícia Civil do DF).

A coluna (3) da tabela II.3 apresenta o impacto gerado na probabilidade de ser vítima de violência doméstica por uma mudança marginal na variável explicativa. O efeito marginal é medido pela variação percentual da variável dependente (com base no valor do coeficiente da variável independente) para cada 1% de aumento do valor da variável independente. É sabido que pela natureza não linear do modelo probit os coeficientes estimados a partir desse modelo, diferentemente do modelo linear de regressão, não geram os efeitos marginais de modo explícito. É importante destacar que: um ano adicional de educação da vítima está associada a uma diminuição de 0,1668 na probabilidade de uma mulher sofrer violência doméstica.

5. CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por finalidade verificar a incidência da violência contra as mulheres em Santa Maria – DF no ano de 2012. Nesse trabalho são explorados os efeitos do nível de educação da mulher em geral, e da sua educação em relação ao seu marido sobre a violência doméstica. Os principais resultados mostraram que o nível educacional da mulher não garante que ela esteja a salvo de qualquer tipo de violência. Os resultados demonstram que quando as variáveis relacionadas à educação da vítima aumentam, a probabilidade de as mulheres sofrerem VD diminui. Assim sendo, o

aumento no nível educacional das mulheres provavelmente será um fator chave que contribuirá para a eliminação da violência doméstica. O número de filhos está associado positivamente com a maior violência. As variáveis selecionadas no estudo influenciam a probabilidade de a mulher ser vítima de violência doméstica, de um jeito ou de outro.

Foi mostrado nesse trabalho que a possibilidade de ser vítima de violência doméstica não depende apenas da educação da mulher, mas também da sua educação em relação ao seu parceiro. Especificamente, a VD aumenta significativamente em lares onde a educação da mulher é igual ou superior à educação de seu parceiro.

A violência doméstica tem origens evolutivas e por isso precisa ser combatida com maior vigilância por meio de projetos adequados e políticas eficazes. Em geral, as políticas mais eficazes para reduzir a violência doméstica são aquelas que visam diretamente o comportamento dos homens. Como Bowlus e Seitz (2006) argumentam, sociabilizar os homens que têm uma história de abuso pode ser uma importante medida política para a redução da violência doméstica.

REFERÊNCIAS

- Aizer, A. (2010). The gender wage gap and domestic violence. *American Economic Review*, 100(4), 1847-1859.
- Barnett, O. (2000). Why battered women do not leave, part 1. *Trauma, Violence, & Abuse*, pp. 343-372.
- Blau, F. (1998). Trends in the well-being of American women 1970-1995. *Journal of Economic Literature*, XXXVI, pp. 112-165.

Bowlus, A., & Seitz, S. (2006). Domestic violence, employment, and divorce. *International Economic Review*, 47, 1113–49.

Carvalho, H. (2010). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes na região metropolitana de Fortaleza*. Faculdade de Saúde Pública da USP. Tese de Doutorado.

Duvvury, N., & Nayak, M. (2003). The role of Men in Addressing Domestic Violence: Insights from India. *Society for International Development*, 46(2), 45-50.

Jewkes, R. (2002). Intimate partner violence: causes and prevention. *The Lancet*, 9315, pp. 1423 - 1429.

Koenig, M., Ahmed, S., Mian Bazle, Mozumder, A., & Khorshed Alam. (2005). Women's Status and Domestic Violence in Rural Bangladesh. *Demography*, 40(2), 269-288.

Organização das Nações Unidas - ONU. (2006). *Estudio a fondo sobre todas las formas de violencia contra la mujer*.

Pollak, R. (2004). An Intergenerational Model of Domestic Violence. *Journal of Population Economics*, 17(2), pp. 311-329.

Kelly Pereira Guedes

Doutora em Economia.

Celso Vila Nova Sousa Junior

Doutor em Economia.

Universidade de Brasília - UNB

George Henrique de Moura Cunha

Doutor em Economia.

Universidade de Brasília - UNB
